

### **PGM 3: MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA JOVEM**

Falar em mobilização e participação de jovens na escola de ensino médio implica em discutir algumas questões iniciais, como o papel e a função da escola frente às demandas sociais, especialmente no tocante à formação de cidadãos.

A escola de ensino médio que se quer é integradora e faz parte do movimento interno da sociedade; discute o que acontece fora de seus muros com seus agentes: uma escola que saiba lidar com as diferenças, levando os alunos a respeitá-las; que construa valores, como a tolerância e a solidariedade; que acolha os jovens de maneira a desenvolver sua auto-estima. Uma escola que integra, acolhe e realiza, ao mesmo tempo, sua função de desenvolver competências e de construir conhecimentos, experiências e crítica social, formando cidadãos.

Tedesco (1998) afirma que um dos problemas mais sérios relativos à formação do cidadão atualmente corresponde ao “déficit de socialização”. Segundo o autor, a família e a escola estão perdendo capacidade para transmitir, com eficácia, valores e normas culturais de coesão social.

Os novos agentes de socialização, que são os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, não suprimiram o “déficit de socialização”, pois não foram projetados como entidades encarregadas da formação moral e cultural das pessoas, apesar de darem acesso a informações.

Por motivos diversos, o papel socializador da família mudou, o ingresso nas instituições escolares é cada vez mais precoce, a possibilidade de escolha acontece cronologicamente mais cedo. E, enquanto na família estabeleceu-se a personalização, o respeito à diversidade e a ampliação dos espaços de escolha, na escola as resistências à diversidade pessoal e ao estabelecimento de relações mais democráticas são grandes, o que dificulta a prática cidadã.

Rever as relações de trabalho e refletir sobre a questão do poder na escola é fundamental quando se pretende mobilizar os jovens para que participem efetivamente da construção do seu conhecimento e do cotidiano escolar com orientação, porém sem manipulação, como muitas vezes acontece.

Falamos da participação dos alunos nos processos de planejamento e decisão coletivos. Porém, muitos educadores resistem a esta participação. A resistência

perpassa, sem dúvida, a questão da autoridade e do poder existentes nas relações escolares.

Na escola, os papéis estão definidos e assentados na autoridade ou no poder? Segundo Marshall (1994), *a autoridade diz respeito a uma ordem normativa que regula o comportamento social devido à aceitação da autoridade por parte daqueles que se submetem aos valores do sistema da ordem. O poder, por outro lado, diz respeito a sujeitar os sujeitos individuais à vontade de uma outra pessoa através da coerção física ou psicológica. Nessa concepção geral, o poder pode ser necessário para dar sustentação à autoridade, mas em educação ele é usualmente visto como um incômodo ou, na melhor das hipóteses, como um mal necessário.*

Não é comum, nas escolas, haver discussões sobre o exercício da autoridade e do poder. E o que seria naturalmente praticado por conta da autoridade que determinados papéis desempenham, acaba se transformando em procedimento autoritário.

A autoridade do professor não repousa nas “verdades” que ele enuncia ou no fato de ele ser um adulto, e sim na sua responsabilidade social e pública por esse “mundo escolar”, do qual é participante; e representa formas de conhecimento e critérios de valor publicamente estabelecidos, como afirma Aquino (1999).

Mas assim como o professor não é um sacerdote que pretende revelar verdades, não é um “colaborador mais velho” ou “simples companheiro” dos alunos. Enquanto educador, pertencente a uma instituição escolar, deve ser capaz de manter relações éticas e de respeito por seus alunos e alunas, sem prepotência, visando torná-los protagonistas de sua própria história.

A palavra *protagonismo*, de origem grega (*protos* = o principal, o primeiro e *agonistes* = o lutador, o contendor), toma o sentido de levar os jovens a ocupar papel central nos esforços por mudança social, construindo sua autonomia, tomando decisões baseadas em valores vividos. Isto implica o exercício da cidadania, envolvendo os jovens na discussão e na resolução de problemas concretos do seu cotidiano e nas questões de interesse coletivo.

Não faz sentido a escola “fornecer” ao aluno o significado do termo cidadania, sem que práticas cidadãs tenham sido vivenciadas, pautadas na troca, no saber ouvir e se posicionar criticamente. Desta forma, o espaço escolar torna-se privilegiado para tal fim, desde que as relações de poder que nele circulam não limitem tal exercício.

Uma ação protagonista pressupõe etapas a serem percorridas; isto é, o aluno não alcança sua autonomia sem ter vivenciado algumas formas de relação com a escola. Antonio Carlos Gomes da Costa (2000) destaca com clareza estas etapas: para que a ação exista, é preciso que haja **iniciativa, planejamento, execução, avaliação e apropriação dos resultados**. Tais etapas, a serem percorridas pelos jovens, acontecem em função de determinadas formas de relação entre - muito especialmente, mas não somente – professor e aluno. Aponta tais formas como de **dependência, colaboração** e, finalmente, **autonomia**.

Na relação de dependência, a iniciativa, o planejamento, a execução, a avaliação e a apropriação dos resultados são propostos e realizados unilateralmente pelos professores. Na forma de colaboração (o principal padrão de relacionamento na adolescência, segundo o autor), os educadores e os jovens discutem e compartilham durante todas as etapas.

Finalmente, ao alcançarem autonomia (que não elimina o papel do professor como facilitador), os alunos tomam a iniciativa, planejam o que vai ser feito, executam o que foi planejado, avaliam a ação realizada e se apropriam dos resultados.

Se o objetivo da educação básica é promover o desenvolvimento pessoal do aluno, todos os esforços no sentido de incentivar nas escolas ações que estimulem o desenvolvimento de sua autonomia e, muito especialmente, de sua autonomia intelectual, devem ser realizados.

Por isso, é essencial que os alunos tenham voz (e vez) na escola, através da concepção e elaboração de projetos curriculares, da organização de atividades que levem à reflexão e busca de soluções de forma coletiva e compartilhada. A escola precisa não somente recuperar o significado do seu currículo para os alunos, mas suas formas de relacionamento, valorizando a criatividade e a ousadia que os jovens possuem.

Muitas são as competências construídas quando os alunos se mobilizam e têm espaço para participar do cotidiano da escola: saber ouvir e respeitar a opinião do outro, trabalhar em grupo, interagindo com o diferente, selecionar o que é significativo, aprender a aprender, experimentar, argumentar, criticar, tomar decisões.

Uma das maneiras de estimular sua participação é integrar à vivência escolar aspectos de suas culturas. É preciso que os jovens tenham identidade com a escola.

Neste sentido, é necessário que ela conheça seus alunos e os novos padrões culturais dos jovens, articulando-os aos seus desenhos curriculares.

Como afirma Tedesco (2001), *as significativas diversidades na cultura juvenil se apóiam em alguns elementos comuns: a importância do corpo, da música, de algumas formas personalizadas de religião, o domínio da imagem, a empatia com a utilização das novas tecnologias (não necessariamente com sua compreensão interna), a importância fundamental da afetividade como dimensão das relações sociais e o domínio do presente como dimensão temporal dominante.*

Mobilizar jovens do ensino médio a participarem ativamente da construção do seu conhecimento e da vida escolar é incentivá-los a redesenhar uma escola onde tenham voz para compartilhar seus sonhos, seu poder criativo e sua alegria. E isto é dever de todos que dela participam. É oportunizar sua capacidade de ser cidadãos plenos, de poder intervir no mundo em que vivem e na (re)construção do contexto em que se encontram, atuando por uma sociedade mais justa, solidária e que aceita as diferenças, ampliando os espaços de construção coletiva.

## **Referências bibliográficas:**

AQUINO, Júlio Groppa (org)- *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1999.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. - *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

TEDESCO, Juan Carlos. - *O novo pacto educativo. Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. Trad. Otacílio Nunes. São Paulo: Ática, 1998 (Série Educação em Ação).

\_\_\_\_\_. *Algunos dilemas de la educacion secundária en America Latina*, texto divulgado no Evento “Alternativas de reforma de La educación secundaria”. Santiago, Chile, 2001.